

Expansão do Ensino Superior a Distância: Seus principais motivos

Expansion of Higher Distance Education: Its main reasons

Paulo de Sá Filho

Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Brasil. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
E-mail: prof.paulo@hotmail.com.br | ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3070-3973>

Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, vol. 6, n. 4, p. 1-16, outubro-dezembro, 2022 - ISSN 2447-3944

[Recebido: maio 13, 2020; Aceito: maio 17, 2022]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2022.v6i4.4087>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui!/click here!](#)

Resumo

As tecnologias foram incorporadas em diversas áreas do cotidiano, especialmente na Educação, em função de sua expansão, propiciando o surgimento de diversos arranjos educacionais, dentre eles, a Educação a Distância, com o propósito de promover aprendizagem por meio das tecnologias. O objetivo central discutir os fatores que contribuíram com a expansão da EaD no Ensino Superior brasileiro. Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter descritivo, exploratório e de natureza qualitativa e quantitativa. Os resultados obtidos demonstram que aspectos como: o cenário econômico alinhado ao baixo custo da EaD; a implementação de políticas públicas; a flexibilização dos dispositivos legais; e recentemente o cenário ocasionado por conta do Covid-19, impulsionaram a expansão do ensino superior a distância, bem como da EaD em sua totalidade.

Palavras-chave: Educação a Distância; Ensino Superior; Economia; Políticas Públicas; Legislação.

Abstract

Technologies were incorporated in several areas of daily life and, especially, in Education, due to its expansion, allowing the emergence of several educational arrangements, among them, Distance Education, which aims to promote learning through technologies. Thus, this article aims to discuss the factors that contributed to the expansion of distance education in Brazilian higher education. This is a bibliographic study, of a descriptive, exploratory and qualitative and quantitative nature. The results obtained demonstrate that aspects such as: the economic scenario aligned with the low cost of distance education; the implementation of public policies; the relaxation of legal provisions; and recently the scenario caused by the Covid-19, boosted the expansion of higher distance education, as well as distance education in its entirety.

Keywords: Distance education; University education; Economy; Public policy; Legislation.

1 Introdução

As novas tecnologias têm sido incorporadas no processo de ensino-aprendizagem, em razão de sua expansão e inserção nas mais diversas áreas do cotidiano. A Quarta Revolução Industrial, a Revolução Tecnológica, transformou o modo como vivemos, trabalhamos, nos relacionamos, como ensinamos e aprendemos (SCHAWB, 2016). É por este motivo que vários autores consideram a importância de se integrar as novas tecnologias à Educação (BACICH; NETO; TREVISANI, 1998).

Nesse cenário, em que se busca a integração entre das novas tecnologias e o processo de ensino-aprendizagem, a Educação a Distância – EaD tem se destacado, pois baseia-se no uso das novas tecnologias para interação entre professor-estudante e estudante-professor. Prova disso é que vem aumentando o número de alunos na EaD, que no ano de 2018 o Censo da Educação Superior registrou 7,1 milhões de vagas na EaD, enquanto os cursos presenciais contabilizam 6,3 milhões, outro aspecto a destacar é que, entre os 3,4 milhões de estudantes que ingressaram em cursos de graduação em 2018, 40% (1,4 milhão) optaram por cursos EaD. Já entre os que iniciaram cursos presenciais, houve queda no número total de ingressantes, entre 2017 e 2018 (BRASIL, 2019).

Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de discutir os fatores que influenciaram a expansão da EaD no Ensino Superior. Para o alcance desse, foi realizado uma pesquisa de caráter bibliográfico, descritivo e exploratório, de natureza quantitativa e qualitativa. Assim, seu caráter bibliográfico fundamenta-se na afirmação de Parra Filho e Santos (1998, p. 97), os quais dizem que “qualquer que seja o campo a ser pesquisado, sempre será necessária uma pesquisa bibliográfica, para se ter um conhecimento prévio do estágio em que se encontra o assunto” e também no exposto por Oliveira (2004, p. 119) quando diz que “a Pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. Por fim, sua natureza qualitativa está fundamentada em informações para justificar a existência ou não de uma determinada hipótese e a natureza quantitativa é em virtude de se utilizar da análise de diversos dados numéricos.

Para tanto, este artigo além expor a introdução e considerações finais, foi estruturado em quatro seções: na seção 1 se faz as considerações sobre o uso de TDIC na educação, fato esse que contribuiu para o destaque da EaD no Brasil nos últimos anos; na segunda seção apresenta brevemente o cenário do ensino superior; na seção 3 expõe dados e argumentações acerca da expansão do ensino superior a distância; e na seção 4 e última, discute-se os fatores que influenciaram essa expansão.

2 Referencial Teórico

2.1 EaD ao longo do tempo

Alguns autores tentam precisar o início da Educação a Distância, contudo não é uma tarefa simples. Assim, alguns estabelecem como marco inicial as experiências educacionais por meio de cartas no século XVIII. Assim, Mattar (2011), divide a história da EaD em três gerações: a dos cursos por correspondência; a das novas mídias e universidades abertas; e por último a EaD online.

O referido autor diz que na primeira geração que prevaleceu até a década de 60, a dos cursos por correspondência em virtude do melhoramento dos meios de transporte, por meio dos trens e da comunicação através do correio, o processo de ensino-aprendizagem privilegiou as correspondências, com isso, destaca-se o uso de materiais impressos, que eram encaminhados aos estudantes via correio. Contudo, esse modelo não foi muito utilizado no ensino superior.

Dando continuidade, o autor descreve a segunda geração que ocorreu entre as décadas de 60 e 80 como a que se caracterizou pelo uso de novas mídias, principalmente a televisão, rádio, fitas de áudio e vídeo, e o telefone. Aponta como um dos principais momentos dessa geração, a criação das universidades abertas de EaD em 1969, crescendo assim o interesse por essa modalidade de ensino.

Por fim, apresenta a terceira e última geração a conhecida como EaD online, que passou a ser evidente por volta de 1995, com o surgimento da internet. Nesse período, Mattar (2011), afirma que houve um rompimento na história da EaD, em razão do surgimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem – A.V.A. e de diversas instituições de EaD, com isso concebeu-se um novo formato no processo de ensino-aprendizagem, aberto, centrado no aluno, interativo, participativo e flexível.

Ao observar essa divisão, nota-se que EaD sempre esteve correlacionada com as tecnologias da época. Contudo, a de se destacar que não pode restringir a maneira executá-la a tecnologia mais latente, em virtude das diversas realidades sociais, ou seja, se observarmos o cenário contemporâneo, existem pessoas que possuam acesso à internet, outras não, algumas possuem computador e outras não.

Diante disso, deve-se propor um modelo para cada situação vivenciada, com isso, na realidade brasileira, ainda vemos instituições que utilizam das tecnologias das três gerações. Apesar de existirem autores que apontam outras gerações na historização da EaD, observa-se que elas estão dentro das apontadas por Mattar.

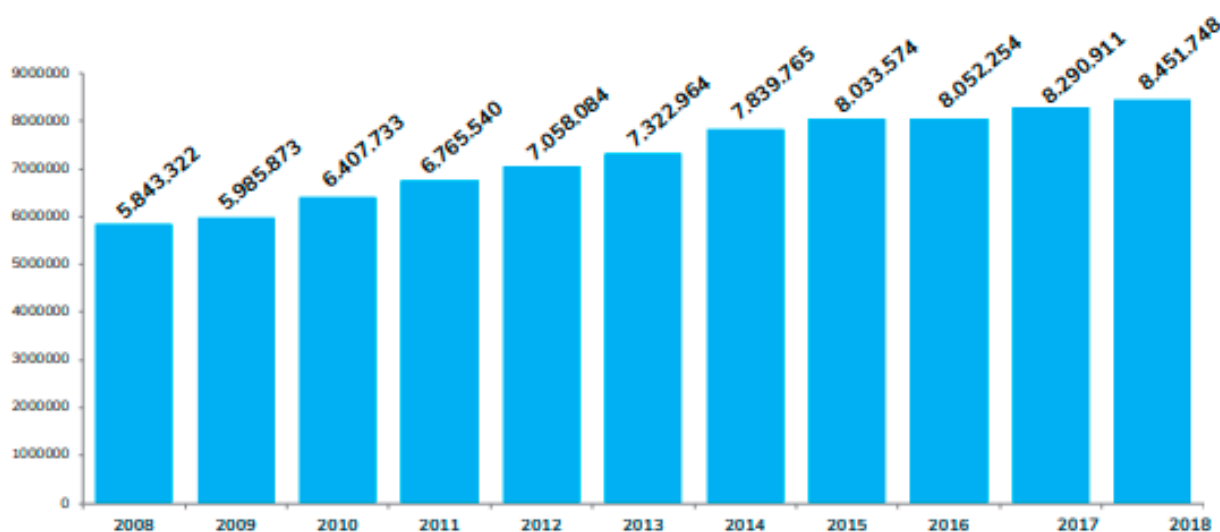
2.2 O Ensino Superior no Brasil

A rede de educação superior brasileira é composta por Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos ou Centros Federais de Educação, que totalizam

2.537 instituições de educação superior, das quais 81,5% são faculdades (BRASIL, 2019). Apesar desse alto número de faculdades, nelas estão matriculados apenas 22% dos alunos do Ensino Superior (BRASIL, 2019).

Todavia, um aspecto a destacar é que do total de matrículas realizadas no Ensino Superior mais da metade (52,9%) delas estão nas Universidades. Contudo, os centros universitários apresentaram o maior crescimento percentual entre 2017 e 2018, registrando um crescimento de 19,6% (BRASIL, 2019). Ao observar o número de matrículas no Ensino Superior no período de 2008 a 2018 demonstrado no gráfico 1, nota-se um crescimento de 44,6%.

Gráfico 1. Número de matrículas na Educação Superior no Brasil – 2008-2018



Fonte: BRASIL/INEP, 2019.

Para compreender melhor o crescimento do Ensino Superior no Brasil nos últimos 10 anos é importante fazer o recorte do número de matrículas por modalidade de ensino, ou seja, verificar número de matrícula nas modalidades presencial e EaD. Entretanto antes de fazer isso, é importante apresentar o perfil do aluno do ensino superior em ambas as modalidades, pois demonstram diferenças significativas.

O aluno do ensino superior presencial é sua maioria são mulheres, cerca de 55% dos estudantes, 60% tem idade de até 24 anos e 65% trabalham. Já o estudante EaD, apesar da maioria também serem mulheres, ou seja, 63%, a idade modifica consideravelmente, pois 37% têm idade igual ou superior a 35 anos. Contudo, se observamos os alunos com idade igual ou superior a 25 anos, esse percentual passa para 77% dos estudantes dentro dessa faixa etária. Com relação ao quesito trabalho, 84% dos alunos EaD estão inseridos no mundo do trabalho (BRASIL, 2017). Ao observar o perfil do aluno do ensino superior brasileiro, verifica-se que ao se fazer qualquer análise é preciso analisar as modalidades presencial e EaD separadamente.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo enquadra-se como um estudo bibliográfico, de caráter descritivo, exploratório e de natureza qualitativa e quantitativa. Assim, configura-se como um estudo bibliográfico em razão do levantamento de referenciais que discutem o tema, tais como livros e artigos científicos (GIL, 2008).

Já, o seu caráter descritivo, é configurado ao detalhar os fatores que influenciaram a expansão do ensino superior a distância, bem como suas características e seu caráter exploratório deu-se por explicitar esses fatores, a partir do levantamento bibliográfico realizado (GIL, 2008).

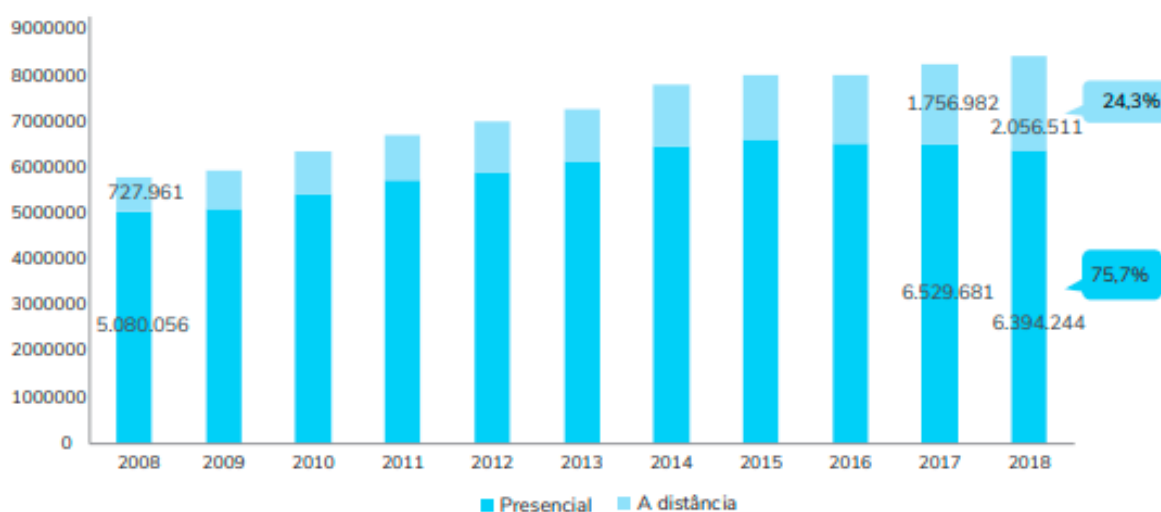
Por fim, a sua natureza qualitativa justifica-se por estruturar os fatores apresentado nesse estudo, usando impressões, questões subjetivas e por buscar descreve-los, compreende-los e interpreta-los (GODOY, 2005) e sua natureza quantitativa por apresentar tais fatores utilizando dados numéricos e estatísticos (MARCONI; LAKATOS, 2005).

4 Resultados e discussões

4.1 Expansão da EaD

Apesar da maioria das matrículas ainda serem realizadas em cursos presenciais, nos últimos anos tem havido um crescimento no número de matrículas em cursos EaD e uma redução no número de matrículas em cursos presenciais conforme demonstrado no gráfico 2.

Gráfico 2. Matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino - Brasil - 2008-2018

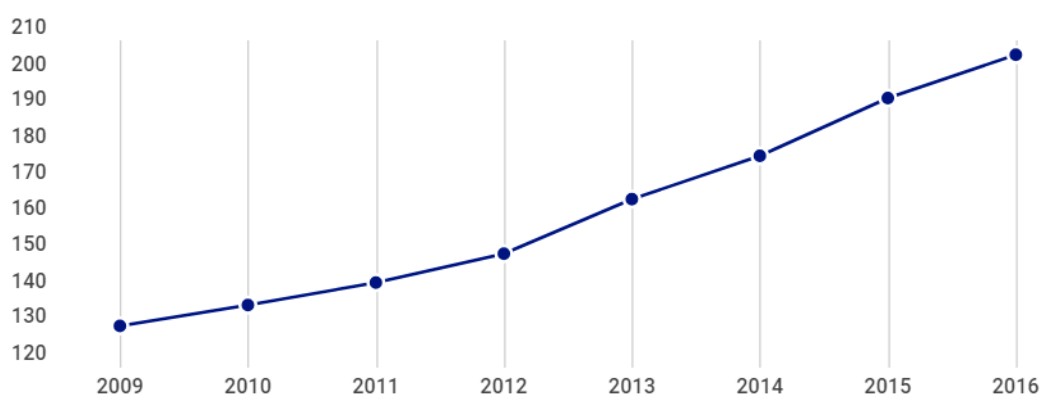


Fonte: BRASIL/INEP, 2019.

Mediante os dados verifica-se que mais de 2 milhões de pessoas optaram pela Educação a distância, ou seja, 24,3% das matrículas totais deste ano. Cenário esse que denota a expansão da EaD, pois em 2008, eram menos que 728 mil matriculados, 12,5% do total. Assim, o número de ingressantes nesta modalidade no ensino superior no período de 2008 a 2018 cresceu 182,5%. Por outro lado, a quantidade de alunos que entraram em vagas presenciais teve um aumento de 25,8% no mesmo período. Contudo, ao observar os anos de 2017 e 2018, nota-se que houve uma queda de 2,07% no número de matrículas em cursos presenciais.

Outro dado que serve para ampliar a discussão sobre o ensino superior no Brasil é o crescimento acelerado do número de IES que oferecem graduação a distância. O Gráfico 3 apresenta a evolução do número de instituições que oferecem EaD no Brasil.

Gráfico 3. Crescimento do número de IES ofertantes de Graduação EaD



Fonte: ABED, 2017

Seguindo com a expansão da EaD no Ensino Superior, observa-se o aumento do número de polos de EaD no país, o qual passou de 6.583 para 15.394, ou seja, um crescimento de 133%, um ano após a promulgação do decreto nº 9.057 de 2017 instrumento que atualizou a legislação sobre a regulamentação do ensino a distância no Brasil (BRASIL, 2017).

Diante dos dados apresentados, evidencia-se a expansão da EaD no Ensino Superior, com isso, verificar quais fatores propiciaram esse crescimento é fundamental. Assim, este estudo expõe três fatores que contribuíram para o aumento da EaD no Brasil, que são: o cenário econômico alinhado ao baixo custo da EaD; a implementação de Políticas Públicas que beneficiam essa modalidade; e por último a flexibilização da legislação que regulamenta a EaD.

4.2 Cenário Econômico e Baixo Custo da EaD

Com o fenômeno da globalização, as distâncias e barreiras nas relações entre os países cada vez mais vem diminuindo em todos os aspectos. Assim, esse cenário também se replica as questões econômicas, como aborda Castells (1999, apud Rocha 2012):

A nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação. Os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda.

Dessa maneira, por se tratar de um sistema em rede, a realidade de uma nação passou a interferir e influenciar na realidade de outra. Como exemplo desse aspecto, se tem a crise iniciada em 2008 nos Estados Unidos que propagou para inúmeros países. Com isso, também atingiu o Brasil, o qual ainda nos dias atuais busca meios para superá-la.

Contudo, a crise por si só não faz com que as pessoas escolham a EaD, é necessário que esse fator esteja alinhado a outro, tal como o baixo custo da oferta de cursos EaD, que conforme Rocha (2012), é devido a:

[...] a contratação de professores ficou menos dispendiosa, considerando o grande número de contratos sem carteira assinada, a chamada terceirização da docência, cresce o número de professores interestaduais e internacionais, contratados via edital ou seleção de currículo; os custos diretos e indiretos com funcionários da academia, secretaria e gestão estão a cada dia mais diluídos em razão da grande versatilidade e integração tecnológica oferecidas pelos sistemas de gestão de ensino e educação a distância, em função da corrida pela formação de consórcios universitários.

Assim ao alinhar o cenário de crise ao baixo custo da EaD que traduz em cursos mais baratos que os cursos presenciais (LISONI; LOYOLLA, 2004), as pessoas que buscavam cursar o ensino superior, boa parte passou a optar pela EaD. Reforçando isso, Fonseca e Fernandes (2017), trazem como resultado de seu estudo que 7,8% dos estudantes entrevistados mencionaram a vantagem econômica na escolha de um curso EaD, essa foi a terceira vantagem mais indicada, ficando atrás apenas a flexibilidade de horário e a facilidade de acessar os conteúdos on-line.

Outros estudos, também apresentam resultados similares, tais como: o de Karpinski et al., (2017) que 14% dos acadêmicos responderam sua escolha foi ao fato de que o curso que estavam realizando era gratuito; e o de Britto et al., (2016) constatou que a questão financeira se sobressaiu nos depoimentos dos estudantes como uma oportunidade. Diante disso, pode se aferir que em cenários de crise as pessoas tendem a escolher fazer cursos EaD, já esses vão significar menor impacto em suas vidas financeiras.

4.3 Implementação de Políticas Públicas

Outro fator que contribuiu para expansão da EaD foi a implementação de Políticas Públicas com no Ensino Superior a distância. Assim, Arruda e Arruda (2015, p. 322) dizem que:

A Educação à Distância emerge no contexto das políticas públicas em educação como “possibilidade” de ampliação do quadro de matrículas, pela rápida expansão de vagas no ensino superior, uma vez que as limitações físicas e estruturais se tornam menos relevantes, já que grande parte do processo de ensino e aprendizagem ocorre em espaços escolhidos pelos alunos para desenvolverem seus cursos.

Dessa maneira, nota-se desde de seu início formal a EaD estava ligada as políticas públicas. Com isso, descrever as principais políticas públicas implementadas que tinham como foco o ensino superior a distância se faz necessário nesse estudo. Assim, optou-se em fazer um recorte temporal de 2005 a 2018, pois nesse período foi implementado o maior número de políticas públicas que tinham como foco o ensino superior a distância.

Assim, de acordo com Baraúna et al., (2012) no âmbito da organização da EaD no Brasil, nas instituições públicas de ensino superior, o grande marco ocorre no ano 2005 com o Decreto 5.800 de 8 de junho de 2005 que institui o Sistema (UAB). O qual, em janeiro de 2018 o contava com 133 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), ofertava 800 cursos em 777 polos (BRASIL, 2019). Os resultados obtidos pela UAB mostram uma consistência na política de fomento da EaD por meio de incentivos da União, já que o número de cursos e ofertas tem aumentado substancialmente (Arruda e Arruda, 2015, p. 329).

Outra, política que merece destaque foi Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR, criado em 2009, que integra um conjunto de políticas públicas do governo federal em parceria com estados, municípios e instituições de ensino superior (BRASIL, 2018) e tem como objetivos:

Induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício nas redes públicas de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Promover a articulação entre as instituições formadoras e as secretarias de educação para o atendimento das necessidades de formação dos professores, de acordo com as especificidades de cada rede. Contribuir para o alcance da

meta 15 do PNE, oferecendo aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à Formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; Incentivar o desenvolvimento de propostas formativas inovadoras, que considerem as especificidades da formação em serviço para professores da educação básica, buscando estratégias de organização de tempos e espaços diferenciados que contemplem esses atores; Estimular o aprimoramento dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das licenciaturas, tendo por base as experiências observadas nas turmas especiais implementadas (BRASIL, 2019).

Essa política está sendo significativa no Brasil, com isso, obteve até 2019 os resultados apresentados no quadro 1.

Quadro 1. Os dados numéricos do Parfor acumulados desde o seu lançamento

| | |
|--|---------|
| Turmas implantadas até 2019 | 3.043 |
| Matriculados (2009 a 2019) | 100.408 |
| Turmas concluídas até 2019 | 2.598 |
| Turmas em andamento em dezembro/2019 | 445 |
| Professores já formados | 53.512 |
| Professores cursando em dezembro/2019 | 59.565 |
| Instituições de ensino superior participantes | 104 |
| Municípios com turmas implantadas | 510 |
| Municípios atendidos (com pelo menos um professor matriculado) | 3.300 |

Fonte: BRASIL/CAPE, 2019.

E por fim temos o Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 (PNE), que foi aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, que tem como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como

proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Além dessas diretrizes o PNE estabeleceu vinte metas a serem alcançadas, das quais seis são relacionadas ao ensino superior. Contudo, cabe ressaltar que também foram definidas estratégias no PNE para realização dessas metas. Assim, a EaD aparece como estratégia a ser utilizada para alcance de todas as metas relacionadas ao ensino superior. Fato que demonstra a importância do PNE para a expansão da EaD no ensino superior a distância.

Por meio das políticas públicas apresentadas, por ser observado a importância que essas têm para a EaD. Entretanto, elas precisam se apresentar como agentes de aproximação entre lei e realidade posta. Dessa maneira, resolvendo problemas existentes na sociedade (AGUM et al., 2015).

4.4 Flexibilização da Lei

Nos últimos anos tem ocorrido a flexibilização da legislação que estabelece critérios para a EaD (CASTRO et al., 2017). A promulgação do decreto nº 9.057 de 2017 que estabelece as diretrizes da educação da Educação a Distância, confirma esse cenário. Assim, ao analisar o referido decreto, tem-se as seguintes mudanças: as instituições podem obter credenciamento exclusivamente para oferta de EaD, sem que tenham a obrigação da oferta de cursos presenciais, ou concomitantemente; o credenciamento automático e imediato das instituições de ensino superior públicas para oferta de cursos superiores na modalidade de educação a distância; a avaliação para credenciamento dos polos de apoio presencial deixa de ser realizada; a criação de polo de educação a distância é de competência da instituição de ensino credenciada; entre outras.

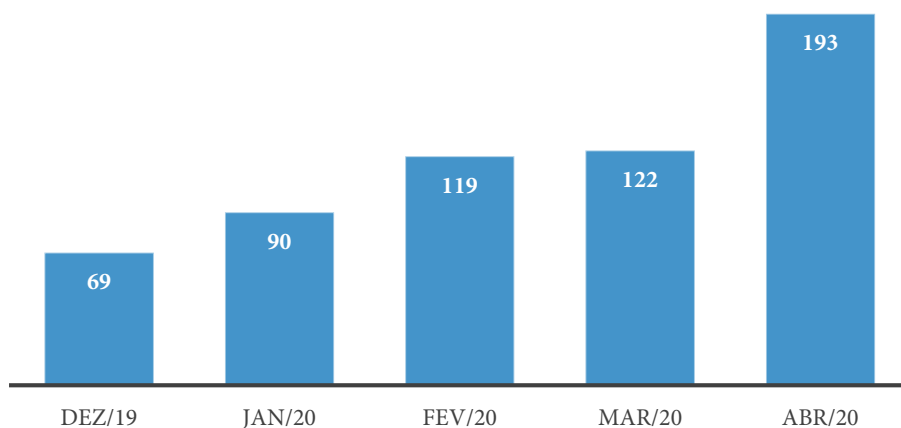
Diante desse cenário, ocorreu um aumento no número de cursos ofertados EaD, pois no ano 2000, haviam apenas 10 cursos em oferta no Brasil, passando para 2.108 em 2018. Contudo, ao observar a oferta após a promulgação do decreto nº 9.057 de 2017, se tem um aumento de 50,7% (BRASIL, 2019). Esse crescimento, também se replica no que tange ao número de instituições credenciadas para oferta de EaD, que em 2003 eram de 37, passando para 220 em 2017 (BRASIL, 2018). Outro aspecto que merece destaque que ocorreu após a promulgação desse decreto, foi o aumento no número de polos, como já apresentado nesse estudo. Tais, fatores apontam que existe uma correlação entre a flexibilização da legislação e a expansão da EaD.

4.5 Realidade em tempo de Covid-19

No final de 2019, iniciou na China a propagação de um novo vírus denominado COVID-19, em que o surto da doença foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro de 2020 uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da Organização (OPAS, 2020). Diante disso, medidas vem sendo adotadas pelo Governos de diversos países para contenção do vírus, entre elas o isolamento social, fator esse que tem ocasionado a suspensão das aulas presenciais, sendo essas trocadas muitas vezes pelo ensino online ou que privilegia o uso de tecnologias.

Com essa transição, ou seja, do ensino presencial para o ensino online, aumentou-se o interesse das pessoas por estudos e recursos educacionais que discutem o tema, como constatado no levantamento feito sobre o número de acessos em materiais relacionados a EaD publicados em 2019 no eduCAPES, portal de objetos educacionais abertos da CAPES. Nesse levantamento, identificou-se os dados apresentados no gráfico 4.

Gráfico 4. Acessos a recursos ligados ao tema EaD



Fonte: Autor, 2020

Nota-se mediante os dados um crescimento gradativo no número de acessos. Ressalta-se que foi escolhido o período apresentado no gráfico, em razão do período de surto do Covid-19.

Outro aspecto que demonstra a expansão da EaD em razão do Covid-19, são os decretos legais emitidos, que direcionam que aulas presenciais sejam realizadas por meio da EaD ou por meio do uso de tecnologias, como a PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 do MEC, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID-19 (BRASIL, 2020), e outras normas emitidas pelos Conselhos Estaduais de Educação.

Todavia, ainda que os dados apresentados e as normativas apresentem ou tragam definições transitórias ligadas ao Covid-19, podem ter impactos permanentes na

condução da educação brasileira. Assim, ainda que de maneira inicial, pode-se afirmar que a pandemia do Covid-19 é um fator que tem influenciado o interesse e a expansão da Educação a Distância nas diversas modalidades de ensino.

5 Considerações Finais

Mediante os resultados apresentados nessa pesquisa verifica-se que a expansão da Educação a Distância, está ligada a fatores como o crescente uso de tecnologias; o cenário econômico alinhado ao baixo custo da EaD; a implementação de políticas públicas que tenham essa modalidade de ensino como foco; a flexibilização dos dispositivos legais que estabelecem diretrizes para a EaD; e nos últimos dias a problemática do COVID-19. Todavia, evidencia-se que para a EaD não apenas expanda, mas também se consolide no Brasil, e com isso permaneça ao longo do tempo, se faz necessário construir um processo de ensino-aprendizagem, que considere a qualidade como ponto de partida e não de chegada, e que oportunize o crescimento e emancipação das pessoas.

Somente assim, dar-se-á passos rumo a educação onde o aprender é um ato revolucionário, em que o indivíduo tenha consciência de sua condição histórica, assim, assumindo o controle de sua vida, bem como sua capacidade de transformar o mundo. Diante disso, esse trabalho surge como ponto inicial de reflexão acerca da expansão da EaD no ensino superior e também como um estímulo para que sejam desenvolvidos estudos detalhando e aprofundando em cada um dos aspectos apresentados como influenciadores dessa expansão.

Referências

- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política*, São Carlos, v. 3, n. 2, julho/dezembro, 2015, p. 12-42, Jul.-Set. 2015. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- ARAÚJO, C. H. S.; PEIXOTO, J. Docência online: trabalho pedagógico mediado por tecnologias digitais em rede. *ETD. Educação Temática Digital*, v. 18, p. 404-417, 2016.
- ARRUDA, E. P. ARRUDA, D. E. P. Educação a Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do acesso ao Ensino Superior. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 31, n. 03, p. 321-338, Jul.-Set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n3/1982-6621-edur-31-03-00321.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. *Censo EAD.BR: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2017*. InterSaberes. Curitiba, 2018. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/censo_ead/1554/2018/10/censoeadbr_-_2017/2018. Acesso em: 07 jan. 2020.
- BACICH, L.; MORAN, J. Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. *Revista Pátio*, nº 25, junho, 2015, p. 45-47. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2015/07/hibrida.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. M. (Orgs.). *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 1998.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Educação a Distância*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-a-distancia>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). *Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR*. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2017: notas estatísticas*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dia Nacional da Educação a Distância marca a expansão de ofertas de cursos e aumento do número de alunos matriculados*. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dia-nacional-da-educacao-a-distancia-marca-a-expansao-de-ofertas-de-cursos-e-aumento-do-numero-de-alunos-matriculados/21206. Acesso em: 13 jan. 2020.

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resultados ENADE*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/relatorios>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Plano de formação do professor abrirá 710 vagas de licenciatura*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 mai. 2020.
- BRITTO, L. C.; MINCIOTTI, S. A.; CRISPIM, S. F.; ZANELLA, W. Motivos da Escolha da Educação a Distância: O Aluno como Consumidor. *RAIMED - Revista de Administração IMED*, v. 6, n. 2, p. 206-220, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/1373>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- CASTRO, F. C.; MATTAR, J.; OLIVEIRA, E. Análise da nova legislação em relação a polos de educação a distância. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 157-168, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/download/8711/6222>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- FONSECA, C. FERNANDES, Catarina Costa. Educação Presencial versus EaD: Perspectivas dos Alunos dos Cursos de Serviços Públicos e Administração. *EaD em Foco*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 78-91, ago. 2018. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/556>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *GESTÃO.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, mai./ago. 2005.
- KARPINSKI, J. A. MOURO, N. F. D. CASTRO, M. D. LARA, L. F. Fatores críticos para o sucesso de um curso em EAD: a percepção dos acadêmicos. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 440-457, jul. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00440.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina A. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LISONI, J. A.; LOYOLLA, W. Custos: Uma Análise Comparativa Entre Educação Presencial e a Distância (2004). Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midiатеca/textos_ead/648/2004/12/custos_uma_analise_comparativa_entre_educacao_presencial_e_a_distancia_. Acesso em: 13 jan. 2020.
- MATTAR, João. *Guia de Educação a Distância*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
- OLIVEIRA, S. L. *Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 11 mai. 2020.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Futura, 1998.

SCHWAB, K. *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

ROCHA, E. F. Aspectos econômicos da EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Org.). *Educação a distância: o estado da arte*, volume 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. p. 303-310.